

ECONOMIAS EMERGENTES E INSTITUIÇÕES NACIONAIS

DEBATE SOBRE A PRESENÇA BRASILEIRA EM MALAWI E MOÇAMBIQUE

Carolina Milhorange

INTRODUÇÃO

A crescente presença pública e privada das economias emergentes em África tem sido evidenciada por estudiosos e decisores políticos em todo o mundo. Tais países têm assumido um papel pró-activo em vários contextos multilaterais, visando promover mudanças normativas e operacionais com o apoio político dos países africanos (Hirst, 2012), e tornaram-se eles próprios investidores externos importantes no continente (Marinov & Marinova 2012). Muitos trabalhos recentes têm contribuído para a melhor compreensão dos interesses e das estratégias desses países em ampliar a sua presença, no continente (Alden, 2007; Cabral, 2011; Gabas & Chaponniere, 2012). Uma noção amplamente difundida sobre o crescente envolvimento em África de países como o Brasil baseia-se na ideia de que determinados desafios enfrentados pelas economias emergentes na sua trajectória de desenvolvimento são partilhados com alguns países africanos e, neste contexto, as soluções formuladas com base nesta experiência poderiam também ser partilhadas (Costa Leite, Suyama e Pomeroy, 2013).

Não há muita clareza, porém, sobre o papel do quadro institucional das dinâmicas políticas domésticas em alterar essas relações entre países emergentes e africanos e influenciar as trajectórias internas de desenvolvimento. Este artigo tem, pois, como objectivo discutir como as estruturas domésticas podem interagir com as dinâmicas de ajuda externa e de investimentos estrangeiros e alterar os seus efeitos. Partindo da inserção público-privada do Brasil nos países africanos, especialmente em Moçambique e no Malawi, discutir-se-á o papel das estruturas nacionais e das instituições internacionais em relação ao investimento directo estrangeiro e à cooperação técnica. O artigo baseia-se no estudo de caso de um projecto de cooperação para o desenvolvimento no sector rural – o PAA África –, apoiado pelo Brasil nos dois países vizinhos, bem como no projecto de desenvolvimento de infra-estruturas executado pela empresa de mineração Vale S.A. – o corredor ferroviário de Nacala. Pretende-se ainda avaliar a capacidade de esta última iniciativa de promover a integração territorial e económica na região. Vale notar que a noção de «estruturas domésticas» refere-se a características institucionais do Estado, da sociedade

e das relações Estado-sociedade estabelecidas separadamente de políticas específicas (Risse-Kapfen, 1995). Ela inclui instituições materiais, aspectos sociais e quadros normativos.

CONTEXTUALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DO BRASIL COM MALAWI E MOÇAMBIQUE: DOS VÍNCULOS HISTÓRICOS ÀS PARCERIAS ESTRATÉGICAS

As relações entre o Brasil e África foram significativamente reforçadas durante a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) (Cicalo, 2013; Costa Leite, Suyama & Pomeroy, 2013; Milani & Carvalho, 2013). O diálogo político, a cooperação técnica, o investimento e o comércio foram factores complementares para o aprofundamento destas relações durante seus dois mandatos (Milhorce de Castro & Goulet, 2011). A cooperação técnica recebeu crescentes recursos financeiros. Uma série de embaixadas foi inaugurada, tornando o Brasil o quinto país mais representado no continente africano. Além disso, foi lançada uma estratégia de fortalecimento das relações económicas, promovendo não apenas o comércio mas também o desempenho das empresas brasileiras (Flynn, 2007; Oliveira, 2010).

Esta iniciativa conjuga-se com os esforços internos brasileiros de combate à fome e à pobreza, legitimando em certa medida o enfoque diplomático em questões sociais e na partilha de experiências (Costa Leite, Suyama & Pomeroy, 2013). Em 2011, o Brasil elegeu a Presidente Dilma Rousseff, candidata do partido de Lula, mas observaram-se algumas mudanças em termos de estilo diplomático e enfoque da política externa, apesar da continuidade da maioria das directivas do governo anterior. A nova Presidente tem enfrentado um contexto económico internacional menos favorável, em que as agendas económicas se tornaram uma prioridade nos anos pós-crise financeira.

Como referido anteriormente, a ascensão das economias emergentes não só tornou os países mais atractivos para o IDE como deu às empresas nacionais meios para se tornarem suficientemente competitivas no mercado global (Marinov & Marinova, 2012). O Brasil consolidou a sua posição neste processo, através de um alto grau de internacionalização das suas empresas (Flynn, 2007; Oliveira, 2010). Os investimentos brasileiros no exterior ultrapassaram os investimentos estrangeiros no Brasil em meados da década de 2000, tendo-se observado um abrandamento durante a crise financeira 2007-08. Neste contexto, o governo procurou criar uma estratégia para tornar o país mais competitivo na exportação de bens e serviços, conjugando empenho político e uma perspectiva a longo prazo, como o demonstrou a iniciativa de cancelar a dívida de vários países africanos, em 2013 (Brites *et al.*, 2013).

Os mecanismos de financiamento público das exportações foram reconhecidos como instrumentos fundamentais da sua política comercial para África. O Banco Nacional de Desenvol-

vimento Económico e Social (BNDES) é a instituição pública mais activa na concessão de créditos à exportação. Estes mecanismos tendem a favorecer a exportação de mercadorias, e de serviços, de grandes empresas nacionais. É de notar, contudo, que o Proex, um programa gerido pelo Banco do Brasil, tende a fornecer créditos a uma maior percentagem de empresas de médio porte (Galetti, 2010). À implementação deste programa seguiu-se a criação do Grupo de Trabalho para África (GTEX África) no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), a fim de discutir e ultrapassar barreiras à consolidação das relações económicas. O BNDES estabeleceu relações mais fortes com instituições financeiras multilaterais africanas, com vista a criar mecanismos de co-financiamento, bem como a facilitar a troca de informação. Além disso, este banco foi alvo de importantes reformas institucionais a partir de 2007, com a finalidade de criar condições de maior apoio e flexibilidade ao investimento estrangeiro e à exportação.

Os países de língua portuguesa, especificamente Moçambique e Angola, são os principais parceiros do Brasil em África. Laços linguísticos e históricos são argumentos importantes que favorecem o discurso diplomático. Moçambique é o principal parceiro do Brasil em termos de cooperação técnica e um destino importante na internacionalização de empresas brasileiras, particularmente as relacionadas com a mineração e a construção de infra-estruturas. Embora as relações diplomáticas remontem ao período pós-independência, foi só a partir da década de 2000 que esses laços se aprofundaram. As relações comerciais entre os dois países também têm aumentado significativamente. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial entre o Brasil e Moçambique aumentou mais de 300%, impulsionado pelo aumento de mais de 1000% das importações brasileiras. A presença de funcionários da cooperação oficial no país, atesta a importância de Moçambique nos esforços de cooperação do Brasil, incidindo na agricultura, na educação e na saúde (Chichava *et al.*, 2013). Além disso, houve uma reorientação de iniciativas pontuais de formação e de missões de curta duração a programas com prazos mais longos e objectivos «estruturantes».

Por outro lado, foi apenas no contexto mais recente de aproximação com África que países como o Malawi estabeleceram relações com o Brasil. A Embaixada do Brasil em Lilongwe foi inaugurada em Junho de 2013, respeitando o compromisso assumido durante a visita ao Brasil do ex-Presidente do Malawi Bingu wa Mutharika, em 2009, e do aumento do interesse brasileiro na região. As relações bilaterais incluem o objectivo compartilhado de explorar o potencial do Malawi no sector dos biocombustíveis, a troca de experiências de políticas de combate à fome e os investimentos privados da Vale S.A. no sector da infra-estrutura². A empresa está a reabilitar o caminho-de-ferro que conecta os investimentos mineiros em Tete, Moçambique, ao porto de Nacala, no oceano Índico, através de território do Malawi. O ex-

² Entrevista com diplomata brasileiro, 14/04/2014.

ministro dos Negócios Estrangeiros malauiano Ephraim Chiume também mencionou o interesse do país em ser incluído nos projectos de cooperação em curso em Moçambique, como o ProSavana, uma iniciativa trilateral entre o Japão, o Brasil e Moçambique para desenvolver a agricultura comercial no corredor de Nacala. Outras iniciativas que apresentam oportunidades de cooperação trilateral, como seja o programa de apoio ao sector do algodão no Malawi e em Moçambique, passaram por uma fase de prospecção, ainda antes da inauguração da Embaixada no país (SERE/MRE, 2013).

Embora sejam vizinhos e os unirem amplos laços socioeconómicos, a relação entre Moçambique e o Malawi tem-se historicamente caracterizado pela animosidade, apesar dos recentes esforços para aumentar a cooperação bilateral, como descritos por Lalbahadur (2013). A autora assinala que se associam muitas vezes as origens destas relações conturbadas ao apoio do Malawi ao movimento da oposição durante a guerra civil em Moçambique, em finais dos anos 1970 e início dos anos 1980. Têm sido propostas muitas explicações para o apoio do Malawi à Renamo. Uma das mais plausíveis refere-se à possível relação entre os paramilitares dos Jovens Pioneiros do Malawi, a Polícia Nacional do país e a Renamo, sob a direcção de John Tembo, o governador do Banco Central do Malawi. Tembo esperava que, apoiando o movimento e estabelecendo um vínculo com os seus financiadores americanos e sul-africanos, poderia futuramente recorrer à Renamo como uma terceira força em eventual luta pela sucessão do regime de Hastings Banda (1964-1994) (Robinson, 2009).

O caminho-de-ferro de Nacala era já tema de debate regional nos anos 1960, quando o governo do *apartheid* sul-africano forneceu «empréstimos em condições favoráveis», para a construção da ferrovia. Neste contexto, o governo malauiano opôs-se ao combate da Frelimo pela independência do colonialismo português, o que contribuiu para manter a desconfiança em relação aos dirigentes malauianos.

No entanto, a abordagem pragmática da integração regional por parte do Presidente Banda contribuiu para a aproximação entre os dois países, e John Tembo conseguiu reunir-se várias vezes com Joaquim Chissano, ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique durante a década de 1970 (Robinson, 2009). O impacto da guerra civil moçambicana no Malawi, pela destruição dos corredores de transporte do país, variou entre 60 milhões de USD e 140 milhões de USD anuais, mais de um terço das receitas da exportação do país (Robinson, 2009).

O caminho-de-ferro de Nacala permaneceu aberto, mas o mau estado em que se encontrava impunha grandes limitações ao tráfego. A influência política de Tembo diminuiu no fim da década de 1980 e as ligações da Renamo com o Malawi provocaram uma crise em 1986, quando o Presidente moçambicano Samora Machel ameaçou uma acção militar contra o país vizinho. Apesar dos esforços para normalizar as relações entre os dois países, após a sua democratização na década de 1990, a relação manteve-se pouco dinâmica. Nos anos 2000, os dois países chegaram a uma série de acordos fundamentais, destinados a reforçar o comércio e a

infra-estrutura, como o Acordo Bilateral de Comércio Preferencial (2005), um Memorando de Entendimento (MdE) sobre o desenvolvimento da Via Navegável Chire-Zambeze (2007) e outro Memorando de Entendimento sobre o Corredor de Desenvolvimento de Nacala (2010). Segundo Lalbahadur (2013), ambos os países enfrentam desafios infra-estruturais prementes, e os projectos integrados de energia e transportes são vistos por investidores e agências de desenvolvimento como medidas capazes de fazer face a esses desafios. Além disso, o acesso ao mar é considerado fundamental pelo Malawi, tendo havido projectos recentes de infra-estruturas a contribuir para aumentar a interdependência entre os dois países. Vários incidentes fronteiriços e diplomáticos, incluindo a apreensão pelas autoridades moçambicanas de uma barca destinada à inauguração do porto de Nsanje, no Malawi, contribuíram para deteriorar os frágeis esforços de reconciliação. O porto foi construído no âmbito do projecto da Via Navegável Chire-Zambeze, que permitiria a navegação até o oceano Índico. A partir de 2012, o governo da ex-Presidente do Malawi Joyce Banda contribuiu positivamente para estas relações, assinando a sua importância e abrindo possibilidades de colaboração em áreas em que ambos os países enfrentam desafios de desenvolvimento.

TROCA DE EXPERIÊNCIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: ENTENDENDO AS DINÂMICAS SOCIAIS DA APROPRIAÇÃO

A cooperação técnica brasileira de que os parceiros emergente enfrentaram desafios de desenvolvimento semelhantes e estão, por isso, bem colocados para propor soluções inspiradas nas suas próprias experiências (ABC/MRE, 2013; Costa Leite, Suyama & Pomeroy, 2013). A trajetória de desenvolvimento do país levou a uma diminuição dos níveis de pobreza e de desigualdade, o que atraiu a atenção do mundo, sobretudo no contexto da crise alimentar e económica em 2007/08. Tendo atravessado a crise com êxito, o Brasil apresentava credenciais diplomáticas, tecnológicas e políticas para se tornar um interveniente de destaque no diálogo relativamente à agricultura e à segurança alimentar (Pierri, 2013). A crise também contribuiu para reposicionar a agricultura e a segurança alimentar no centro da agenda internacional. A política de cooperação brasileira no sector rural foi discutida com líderes africanos no Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural de 2010 (Brasília, Maio de 2010).

A estratégia Fome Zero é uma das experiências brasileiras mais reconhecidas internacionalmente, e interesses tanto de ordem nacional como internacional levaram à intenção de partilhar este programa com os países da África Subsaariana. Inspirado na experiência brasileira do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o PAA África tornou-se o principal canal desta iniciativa de cooperação (Costa Leite, Suyama & Pomeroy, 2013). O programa constitui uma iniciativa conjunta

do governo brasileiro, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e do Programa Alimentar Mundial (PAM) para «promover a segurança alimentar e nutricional e a geração de rendimentos para os agricultores e comunidades vulneráveis em países africanos» (PAA África, 2013). Outros parceiros, como o Departamento Britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID), vieram, subsequentemente, apoiar actividades de partilha de conhecimento.

O PAA brasileiro estabeleceu um novo modelo de política rural com o objectivo de aumentar os rendimentos dos pequenos produtores, apoiando ao mesmo tempo a população em situação de insegurança alimentar. Implementado com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), estados e municípios, o programa criou um novo mercado para a comercialização de produtos da agricultura familiar. Estes são adquiridos para distribuição a redes de assistência social, para a criação de reservas públicas e regulação de preços, bem como para programas de redes de segurança alimentar, sem necessidade de um processo de concurso público. Embora faltem avaliações mais aprofundadas sobre os resultados concretos obtidos pelos programas nacionais e sobre os impactos que tiveram na vida dos agricultores, o PAA representou a criação de uma demanda estruturada de pequenas explorações agrícolas (Veras, 2013). O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é outra fonte importante de demanda estruturada, tendo em conta que 30% desses recursos devem ser usados para compra de alimentos de produtores do sector familiar (Silva, 2011).

O PAA África inclui cinco projectos de pequena escala na Etiópia, no Malawi, em Moçambique, no Níger e no Senegal. Os projectos combinam acções emergenciais de ajuda alimentar com estratégias de desenvolvimento para estabelecer ligações dos pequenos produtores com os mercados institucionais (PAA África, 2013). O programa visa contribuir para a formulação de uma estratégia de transição mais longa para aquisições públicas e assistência alimentar. Em Moçambique, o projecto-piloto tem como alvo três distritos da província de Tete (Angónia, Cahora Bassa e Changara) e inclui distribuição de insumos agrícolas e treinamento sobre sistemas de produção e tratamento pós-colheita. O PAA África procurou apoiar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pronae) e implementar um modelo-piloto de compras locais que possa gerar aprendizados para a potencial implementação em todo o país. Seguir-se-ão outros esforços na segunda fase, com vista a introduzir diversificação da produção, incluindo horticultura. Além disso, serão testadas as compras locais feitas por autoridades distritais, a fim de complementar as aquisições directas do PAM e fortalecer a capacidade governamental de aquisições.

Foram identificados vários desafios na primeira fase do projecto-piloto. Uma pesquisa de cinco meses de observação participante no escritório da FAO em Moçambique, trabalho de campo

nas zonas de implementação em Tete, entrevistas individuais e debate no âmbito do grupo de trabalho do PAA contribuíram para atestar algumas das informações aqui apresentadas. As zonas produtivas na província de Tete estão situadas longe dos distritos com maior insegurança alimentar (a cerca de 400 quilómetros). Isto implica elevados custos logísticos para entregar o milho às escolas e levanta a questão da capacidade das instituições locais de prosseguirem com a iniciativa, uma vez terminado o projecto-piloto. Existem outras barreiras, nomeadamente no que se refere à legislação moçambicana de compras institucionais. Esta exige um processo burocrático de legalização, atribuição de registo fiscal (NUIT) e criação de conta bancária por parte das organizações de produtores, o que constitui um obstáculo, dada a elevada taxa de analfabetismo e a falta de recursos financeiros dos agricultores alvo.

Além disso, o processo de concurso público exigido não permite a participação dos pequenos produtores e a sua concorrência com médios ou grandes agricultores e comerciantes locais. Acresce que a insuficiência do diálogo com outras políticas sociais realça a dificuldade de implementação de uma política intersectorial. No entanto, em Moçambique, o projecto contou com um processo participativo na sua formulação, e a colaboração com organizações da sociedade civil vem sendo aprofundada na criação de um diálogo político com instituições nacionais e na promoção do instrumento das compras locais. Esta colaboração assenta também nas relações que as organizações moçambicanas estabeleceram com organizações brasileiras que participaram na construção do PAA no Brasil.

Pierri (2013) reconhece que a construção do actual quadro de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil se baseou num processo conduzido pelo Estado e na criação de políticas específicas. Desta forma, deve-se levar em conta factores como a capacidade financeira, o papel da sociedade civil e as (dis)semelhanças entre pequenos produtores africanos e produtores brasileiros do sector familiar. As estratégias de desenvolvimento rural e segurança alimentar dependem de fortes processos de institucionalização, bem como de capacidade fiscal para a sustentabilidade financeira (Pierri, 2013). Da mesma forma, considera-se que os programas de transferência de renda são custosos e exigem uma complexa estrutura de execução (Costa Leite, Suyama & Pomeroy, 2013). Mesmo no Brasil, o PAA enfrenta vários desafios para integrar os produtores mais vulneráveis e ultrapassar obstáculos operacionais, como transporte, mecanismos de pagamento e ampliação geográfica e de beneficiários (Takagi, 2011; Nehring & McKay, 2013; Veras, 2013), além dos riscos de uso político.

A apropriação (ownership) de projectos internacionais, como o PAA África, deve ser analisada conjuntamente com as dinâmicas políticas e económicas internas. Segundo Castel-Branco (2011), a apropriação é o resultado das dinâmicas de competição e conflito pela influência sobre as direcções, opções, prioridades, desafios e oportunidades de desenvolvimento. As interacções sociais e políticas, bem como a contestação em torno da construção do poder são, portanto, peças fundamentais na compreensão deste processo.

As percepções sobre o conceito de apropriação diferem entre os agentes sociais, em função da agenda e dos interesses de cada um; dos contextos sociais, económicos e políticos; e da história das interações desses agentes sociais. Por exemplo, a prática da renúncia à apropriação tem sido recorrente em países beneficiários, possibilitando a atribuição aos doadores da responsabilidade pelos elevados custos sociais de determinadas reformas. No caso de mercados institucionais e de programas de alimentação escolar, o nível esperado de investimentos estatais é muito elevado, como o é em geral nas políticas de protecção social. Por outro lado, é dada prioridade a investimentos públicos para zonas com elevado potencial agrícola, incluindo a promoção de um sector privado activo, tanto na produção como na prestação de serviços, com enfoque no uso de tracção animal em larga escala, adopção de pacotes tecnológicos, promoção da mecanização, processamento e comercialização (Minag, 2010).

O PAA do Malawi conta, por sua vez, com forte apoio das autoridades governamentais. Este pretende ampliar a abordagem *home-grown school feeding* e está a ser implementado nas áreas de Mangochi e Phalombe, no Sul do país. As aquisições são feitas directamente pelas escolas. As organizações de produtores agrícolas identificadas para fornecer produtos estão localizadas na zona de abrangência da escola (30 quilómetros, em média), o que reduz as distâncias para transporte de alimentos e os custos logísticos dele derivados (PAA África, 2013). É de notar que o Malawi é um país de grande densidade populacional, com um número de habitantes calculado em 15 milhões de pessoas, em que 85% da população vive em zonas rurais e tem como base de sustento a agricultura. Ao contrário do que se passa em Moçambique, a maioria da população e da produção está concentrada nas regiões Centro e Sul, onde está localizado o projecto (Ricker-Gilbert, Jumbe & Chamberlin, 2014). O governo do Malawi atribui desde 2010 fundos próprios para uma série de políticas públicas que apoiam programas de alimentação escolar.

Alguns dos factores que facilitaram a boa implementação do PAA no Malawi são a concentração de zonas de produção e de consumo; o interesse nacional nas iniciativas de alimentação escolar com produção própria já em funcionamento, o que garantiu a liderança de uma instituição com orçamento e mandato; e a simplificação das regras de compras de alimentos, a fim de as adequar à participação de pequenos produtores e às aquisições feitas directamente pelas escolas. Além disso, o país tem implementado uma série de iniciativas de descentralização política do governo central para os distritos, o que contribuiu para uma rápida mobilização de intervenientes públicos e não governamentais no terreno, para encontrarem soluções de implementação adaptáveis.

Existem, todavia, alguns obstáculos à sustentabilidade do programa. Por exemplo, a política do Malawi de adubos químicos e sementes híbridas restringe as possibilidades de discutir efectivamente sistemas agrícolas sustentáveis, como tem ocorrido no âmbito do PAA em Moçambique. A fraqueza dos serviços de extensão, nomeadamente em termos de mobilidade, é um factor limitador do aumento da produção e da produtividade no Malawi, assim como

em Moçambique. Da mesma forma, ambos os países enfrentam o obstáculo da dependência da ajuda externa e do desafio constituído pelas políticas de protecção social neste tipo de contexto. Mas Moçambique apresenta algumas vantagens estratégicas relativamente aos seus parceiros, como sejam a sua localização geográfica, o tamanho do seu território e os seus recursos minerais. Esses factores influenciam o poder de negociação com a comunidade de doadores.

Os programas de alimentação escolar no Malawi começaram em 1999. Em 2007, o Conselho de Ministros buscou definir uma estratégia para assegurar a expansão do programa. Do lado brasileiro, o Centro de Excelência contra a Fome teve um papel fundamental na difusão de informações sobre a experiência brasileira³. Os programas de alimentação escolar representaram uma prioridade de agenda durante a visita oficial da ex-Presidente do Malawi Joyce Banda ao Brasil. As discussões contribuíram para a elaboração de uma proposta de política pública nacional de alimentação escolar. Vale ressaltar que a formulação de planos e estratégias nacionais é essencial para angariar e alocar fundos dos doadores e mesmo do orçamento do Estado. A primeira versão da proposta deveria ser apresentada ao Conselho de Ministros após as eleições presidenciais de 2014⁴. Além do PAA África, o país tem vindo a implementar outros programas-piloto com base em três modelos para aquisições, promoção de hortas escolares e acesso a mercados.

Além disso, um departamento autónomo intersectorial, presidido pelo ministro da Educação, está a dirigir o processo no país e tem orçamento e mandato para ampliar a saúde e a nutrição dos estudantes no Malawi. No entanto, em termos de implementação de iniciativas, esta função cabe à autoridade a nível distrital, estando directamente envolvidos funcionários locais de diversos ministérios. Estes esforços parecem mais bem-sucedidos no Malawi do que em Moçambique, posto que as necessidades em termos de escala de produção são muito menores. As zonas escolhidas para implantação do projecto-piloto incluem maior número de associações de produtores agrícolas legalizadas e com capacidade de produzir o suficiente para os mercados escolares.

O PAA do Malawi encontrou a estrutura de aquisições já em funcionamento. Em função do programa de apoio às escolas, estas estavam de certa forma preparadas para a aquisição de material escolar, e o PAA beneficiou desta estrutura para capacitar as instituições para a aquisição de produtos alimentares. A compra local de alimentos directamente pelas escolas representa um conceito inovador no país. No entanto, o processo foi simplificado e baseia-se na compra e na negociação directas, dado que as quantias não são grandes, e cabe ao conselho distrital a prestação de contas. Apesar destes factores favoráveis, a comercialização no Malawi constitui um desafio, em termos das quantidades produzidas e da instabilidade dos preços.

³ Entrevista com funcionário do Ministério da Educação do Malawi, 15/04/2014.

⁴ Entrevista com funcionário do Ministério da Educação do Malawi, 15/04/2014.

Saber que impacto teria uma política pública mais ampla de mercados institucionais nestas dinâmicas exigiria uma avaliação mais aprofundada.

Risse-Kappen (1995) analisou a interação entre Estados e as relações transnacionais em várias áreas temáticas e concluiu que há estruturas nacionais e instituições internacionais a mediar a influência das redes não estatais na sociedade internacional. As estruturas nacionais determinam a existência de canais de acesso aos sistemas políticos nacionais para os intervenientes transnacionais. Com base nesta literatura, defendemos que as estruturas nacionais, filtram e distorcem os esforços de intervenientes internacionais – neste caso, as alianças públicas e privadas brasileiras –, para influenciar a formulação e a implementação de políticas nas diversas áreas temáticas. A sua capacidade de influenciar mudanças políticas depende das alianças nacionais e da estrutura institucional já existente, como observado no caso da implementação de iniciativas de compras locais para alimentação escolar no Malawi e em Moçambique. Os mesmos países servirão de exemplo para mostrar que, além de processos de estabelecimento de alianças nacionais, o quadro normativo e os mecanismos de diálogo podem também alterar os resultados dos investimentos estrangeiros e influenciar a mudança política.

INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURAS E ACORDOS TRILATERAIS: INTEGRAÇÃO REGIONAL E DESAFIOS FUNDIÁRIOS

A diversificação geográfica das exportações brasileiras de bens e serviços depende, em grande medida, do apoio público, mesmo para grandes empresas. Os investimentos brasileiros no continente africano estão concentrados na construção de infra-estruturas e engenharia, energia e mineração, o que torna os fluxos económicos sensíveis às decisões intergovernamentais (Banco Mundial & IPEA, 2011). A visibilidade dos investimentos brasileiros em Moçambique aumentou na década de 2000, e a Vale S. A. desempenhou um papel fundamental nesse aspecto. Em Moçambique, a empresa investiu em pesquisa mineral, exploração da Mina de Carvão de Moatize e no Corredor do Sena, estando também em curso os projectos da Mina de Moatize II e do Corredor de Nacala.

Esta presença tem sido amplamente discutida no âmbito mediático, em fóruns da sociedade civil e nos círculos académicos, sobretudo no que diz respeito aos reassentamentos da população nas áreas de minas de carvão em Moatize I (Chichava *et al.*, 2013). A linha ferroviária pela qual será transportado o carvão extraído pela Vale no Corredor de Nacala está a ser restaurada e ampliada, com um investimento de 4,4 mil milhões de USD, e passa por Moçambique e pelo Malawi (Vale, 2014). A linha de 912 quilómetros terá como destino o novo terminal marítimo de Nacala-a-Velha, onde está a ser construído um porto marítimo de águas profundas. O projecto virá a ter uma capacidade de transporte de 18 milhões de toneladas de carvão por ano.

No Malawi, a empresa está a construir 137 quilómetros do caminho-de-ferro de Nacala. A sua filial Vale Logística Ltd. assinou em 2011 um contrato de concessão com a República do Malawi para a linha de Chicwawa-Nkaya Junction. Os caminhos-de-ferro existentes em Moçambique e no Malawi são propriedade do Corredor de Desenvolvimento do Norte (CDN) e da Companhia Ferroviária da África Oriental e Central (Central East African Railway Company, CEAR) respectivamente, com 51% de participação da Sociedade de Desenvolvimento do Corredor de Nacala (SCDN). O caminho-de-ferro desempenharia um papel importante no transporte do cobre produzido na Mina de Lubambe na cintura cuprífera zambiana, um projecto iniciado em 2012 através de um empreendimento comum com a TEAL Exploration & Mining Inc.

A expectativa do governo moçambicano é que, além da carga, os comboios possam também transportar passageiros. Do lado do Malawi, a expectativa é que a via-férrea represente uma alternativa para importação e exportação de mercadorias e transporte de passageiros, tendo em conta que o país não tem costa marítima. Estas expectativas ainda não deram sinais de discussões concretas. É de notar que, num contexto de baixa dos preços das *commodities* mineiras nos mercados internacionais, a Vale S. A. viu-se obrigada a vender parte dos activos dos seus investimentos no Corredor de Nacala. A empresa anunciou recentemente a participação do grupo empresarial japonês Mitsui nos investimentos do complexo mina/via-férrea.

Uma rede internacional de organizações não governamentais (ONG) brasileiras, canadianas, chilenas e moçambicanas esteve na origem da Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, criticando a política de sustentabilidade da empresa. Na sequência do conjunto de críticas aos investimentos da Vale em Moçambique, bem como da acusação de incapacidade do sector extractivo em gerar desenvolvimento social, especialmente nas zonas rurais (Mosca & Selemane, 2012), o governo desenvolveu uma nova proposta de código de mineração. Esta proposta inclui a introdução de preferência nacional para aquisições, sujeitando as transferências de direitos de mineração e a participação no capital social à lei moçambicana e a aprovação governamental.

Além disso, um novo Regulamento sobre o Processo de Reassentamento, promulgado em 2012, contém, segundo o Relatório Anual de 2012 da Vale, «exigências mais rigorosas que poderão resultar em aumento nos custos e atrasos na implementação [dos] projectos [da empresa]» (Vale, 2013: 74). A diminuição dos incentivos fiscais para as empresas de mineração em Moçambique resultou em aumento de custos de produção, quase inviabilizando os investimentos, sobretudo contexto de baixos preços internacionais dos produtos minerais. A estratégia da Vale de controlar a infra-estrutura logística no Corredor de Nacala levou a empresa a manter o interesse nos investimentos, apesar de parte dos activos ter sido negociada. Outras empresas, como a Rio Tinto, decidiram vender a um grupo indiano os seus projectos em Tete a um preço mais baixo do que o preço de mercado (DW. DE, 2014).

Foram constatados alguns esforços por parte da Vale S.A. em alterar a abordagem relativamente aos reassentamentos no Corredor de Nacala, na sequência das críticas de que foi alvo por causa do projecto de Moatize. Neste contexto, seria importante observar as operações da empresa nas fases seguintes, devido aos persistentes problemas na relação com as comunidades locais. Evoluções recentes na sensibilização pública e nos quadros jurídicos em Moçambique, especialmente no que diz respeito às leis da terra, teriam influência neste aspecto. Em Moçambique, as questões fundiárias adquiriram interesse político, especialmente após o *boom* do sector extractivo nos últimos anos e após o debate de como conciliar os direitos à terra das comunidades com os investimentos privados.

A Lei de Terras moçambicana (Lei n.º 19/97) foi aprovada pelo Parlamento em Julho de 1997, seguindo-se-lhe o Regulamento da Lei de Terras para as zonas rurais (Decreto n.º 66/98). Esta Lei de Terras progressiva tem o objectivo duplo de apoiar os direitos das comunidades rurais à terra e incentivar o investimento privado. O quadro legislativo dá às comunidades locais um certo grau de segurança na posse das suas terras, mas a maioria dos camponeses e moradores das zonas rurais ainda não tem consciência dos seus direitos, nem apoio financeiro e técnico para demarcar e registar os seus direitos. Segundo Mosca (2010), não houve mudanças significativas em termos de distribuição da terra cultivada desde o período colonial. Neste contexto, muitas organizações da sociedade civil (OSC) especializaram-se, desde a aprovação da Lei de Terras, em divulgar os direitos dos camponeses e em capacitar as comunidades para exercerem esses direitos.

A construção de vias-ferreas ao longo do Corredor de Nacala deve usar uma abordagem de reassentamento diferente da usada na Mina de Moatize. Deslocar-se-á um menor número de famílias por quilómetro quadrado, dado que as operações são executadas num eixo linear. Foram feitas consultas sobre o tipo de indemnização que as comunidades escolheriam, e a maioria optou por indemnização financeira. Alguns dos conflitos de interesse entre a empresa e a comunidades são inicialmente resolvidos por líderes locais, que muitas vezes recebem subsídios para lidar com as expectativas das comunidades. A autoridade tradicional local é muito forte na maior parte das zonas afectadas pela construção do caminho-de-ferro. Além disso, nos casos em que os agricultores não tinham o título fundiário (DUAT), receberam a indemnização financeira acordada relativa apenas ao que estava «sobre» a terra: as casas e instalações, algumas árvores de fruto, etc. Tal padrão de remuneração foi observado no distrito de Nacala-a-Velha, onde a construção da via-ferrea da Vale S.A. já iniciou as suas operações. O produtor rural não recebe indemnização pela machamba (terreno agrícola) como um todo, o que pode constituir fonte de novas desigualdades e conflitos. No entanto, dada a ausência de DUAT, este acto é considerado válido segundo a legislação nacional.

No Malawi, a questão da terra não atinge o mesmo grau de mobilização. A Vale S.A. iniciou há pouco reassentamentos no país e espera-se que o processo seja conduzido pelo governo. O

sistema de posse de terra no Malawi baseia-se na no Land Act (1967), aprovado durante o período colonial e inspirado no quadro normativo inglês. Esta lei dividia a terra em três categorias legais: consuetudinária, pública e privada. A primeira não reconhece direitos plenos de propriedade, mas sim direitos de uso que não são inalienáveis; a terra privada é exclusivamente possuída, detida e ocupada por um indivíduo ou instituição; e a terra pública é adquirida pelo governo para uso público. A independência não veio assim introduzir mudanças significativas nas disposições institucionais que regem o acesso e os direitos à terra, nem os objectivos inerentes à gestão da terra. Neste contexto, a terra do regime consuetudinário é encarada como uma reserva a partir da qual deve ser criada propriedade privada e pública (Chinsinga, 2011). Todavia, só alguns investidores podem suportar os elevados custos do processo de aquisição e registo fundiários, e as comunidades locais têm o dever de provar, em consultas comunitárias, que a terra que se pretende arrendar não é produtivamente utilizada ou aproveitada. Os chefes locais muitas vezes não estão de acordo sobre aceitar ou recusar o arrendamento de terras, o que resulta em grande polarização de opiniões (Chinsinga, 2011). A descendência matrilinear e a transferência dos direitos fundiários são as normas tradicionais para a maioria da população do Malawi, em especial nas regiões Centro e Sul, ao passo que o sistema formal de posse de terra segue o modelo da legislação patrilinear inglesa. Tais relações acabam por se reger por costumes locais para a maioria dos malauianos, especialmente os pequenos produtores agrícolas (Berge *et al.*, 2014).

Apesar de dificuldades de instalação no país, a Vale S.A. constatou várias diferenças em relação a Moçambique, além de uma participação mais forte do governo, tendo em conta as expectativas de aumentar os investimentos no país e de criar uma rota alternativa para o oceano Índico. A existência de terra disponível continua a ser uma questão importante, especialmente na Região Sul, onde a densidade populacional nas zonas rurais é muito elevada (Ricker-Gilbert, Jumbe & Chamberlin, 2014). A densidade populacional afecta a intensificação da agricultura graças a um maior fluxo de informação, ao desenvolvimento de mercados e instituições e a reduções dos custos de transacção. Todavia, os estudos mostram que, no Malawi, as zonas de grande densidade de população rural estão associadas a dimensões reduzidas das explorações agrícolas, salários agrícolas mais baixos e preços do milho reais mais elevados, bem como à intensificação do uso de fertilizantes por hectare (Ricker-Gilbert, Jumbe & Chamberlin, 2014). Assim, embora o número de famílias a reassentar seja relativamente baixo, deve ter-se em consideração a sustentabilidade das comunidades ao prosseguir as operações.

Outra questão a ser tratada é o impacto de alguns desses deslocamentos populacionais (por razões de segurança) na comercialização de produtos locais ao longo da via-férrea. Trata-se de uma importante fonte de recursos para as comunidades rurais, e este ponto ainda não está a ser plenamente tratado nos projectos de viabilidade. O governo do Malawi não regulamentou qualquer plano de reassentamento. Não há directrizes nem legislação claras relativamente ao

sector, como acontece em Moçambique, o que, em última análise, dificulta o processo de negociação. Os governos locais acabam por ter mais autonomia na direcção das actividades de reassentamento, juntamente com os líderes locais. O acesso a administrações distritais e às comunidades é considerado, por funcionários da empresa, mais aberto no Malawi do que em Moçambique. Relativamente a outros aspectos, a empresa pode consultar um ponto focal a tempo inteiro no Ministério de Minas, o que atesta o interesse governamental em concretizar rapidamente o projecto. O governo do Malawi espera beneficiar de uma eventual redução de custos de transporte, mas um possível acordo sobre a utilização para transporte da produção nacional ainda não foi objecto de discussão com a empresa.

O projecto logístico da Vale S.A. insere-se num esforço mais amplo de integração física regional, por meio de outros projectos, como o Projecto de Desenvolvimento do Corredor de Nacala, liderado pelo Banco Mundial e outros parceiros. Os objectivos são contribuir para melhorar o transporte rodoviário e facilitar o comércio ao longo do Corredor Rodoviário de Nacala entre a Zâmbia e Moçambique. A grande distância até os portos marítimos faz aumentar os custos de transporte no Malawi e constitui um importante entrave ao comércio regional e internacional. Da mesma forma, em Moçambique, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) e o Exim Bank da Coreia estão a co-financiar partes da estrada de Nampula a Lichinga, passando por Chiponde, na fronteira entre o Malawi e Moçambique. Vale notar que, quando questionados sobre a possibilidade de tais iniciativas servirem de base a uma expansão do programa agrícola trilateral (Japão-Brasil-Moçambique) no Corredor de Nacala, o ProSavana, os funcionários das agências afirmaram que só foram feitos esforços de integração na infra-estrutura de transportes.

As OSC do Malawi que fazem parte de redes internacionais têm experiência na advocacia relativamente a projectos de mineração. Mzembe e Meaton (2014), por exemplo, apontaram que a agenda de responsabilidade social levada a cabo pela Paladin Africa, uma filial de uma empresa multinacional australiana de mineração que explorou a primeira mina de urânio do Malawi, foi fortemente influenciada por pressões de OSC e por expectativas das comunidades. Para os investidores, estes casos retratam um contexto de insegurança jurídica. Além disso, importa discutir o facto de que, tanto no Malawi como em Moçambique, as comunidades que sofreram o impacto da mineração e as suas vizinhas, bem como algumas OSC, esperam que estas empresas internacionais desempenhem algumas funções do Estado. No entanto, embora os quadros legislativos nacionais sejam complexos e nem sempre levem plenamente em consideração os direitos fundiários das comunidades ou o seu bem-estar, tais empresas multinacionais devem tratar estas questões sem criar prejuízo para as comunidades nem assumir o papel do Estado.

Por fim, a diplomacia brasileira sugere que o caminho-de-ferro do Corredor de Nacala deve ser um instrumento de fortalecimento da integração regional. O Brasil participa noutros acor-

dos trilaterais que ligam os dois países. O primeiro é um Memorando de Entendimento (MdE), actualmente em fase de finalização, destinado a apoiar o estabelecimento de projectos económicos, comerciais e de investimento entre o Malawi e Moçambique, nas áreas da mineração, do transporte, da logística, da energia, da agricultura e da silvicultura. Representa um acordo de cooperação abrangente e não a uma área de livre comércio. Segundo funcionários malauianos, este acordo não responde às necessidades específicas do país, e estes não conseguem vislumbrar que benefícios o acordo poderia trazer.

Além das áreas anteriormente referidas, o Malawi tem grande interesse em questões relacionadas com o desenvolvimento da agricultura e da regulação do etanol. Para a mineração, foram realizadas pesquisas, mas ainda não haviam sido identificadas reservas que justificassem investimentos, segundo funcionários do sector. Neste contexto, é dado aos acordos bilaterais com o Brasil (e não os trilaterais) um estatuto de prioridade, de acordo tanto com os oficiais moçambicanos quanto os malauianos. Foi recentemente assinado um MdE Brasil-Moçambique, que representa um acordo proposto pelo governo brasileiro nas áreas de cooperação e investimentos. Este foi negociado pelo MDIC e visa facilitar os investimentos, por exemplo por meio da simplificação da mobilidade de homens de negócios e de transferências de capital. É importante referir neste ponto que, nos termos actuais, o acordo de mobilidade tende a beneficiar basicamente empresários brasileiros, já que não contempla o maior grupo de interesse dos oficiais moçambicanos: comerciantes (na sua maioria informais) que viajam para o Brasil para comprar mercadorias.

Uma última iniciativa são os projectos de cooperação técnica que se destinam a promover o sector do algodão na província de Tete, em Moçambique, e na região de Blantyre, no Malawi. Este projecto vem na sequência do contencioso sobre o algodão entre o Brasil e os EUA na Organização Mundial do Comércio (OMC) e é financiado com os recursos recebidos dessa disputa. A Embrapa gere o projecto, que ainda não foi lançado em termos de implementação. O algodão é exportado em bruto pelo Malawi, e a instabilidade do sector do algodão na região não está relacionada apenas a técnicas ineficientes, mas também com um modelo frágil de difusão de conhecimentos.

Porém, uma vez que os recursos provêm do contencioso sobre o algodão, as actividades do projecto têm de respeitar regras e condicionalismos definidos no MdE assinado entre o Brasil e os Estados Unidos, o que impede, por exemplo, a realização de pesquisa científica. Isto é fundamental para o desenvolvimento do sector do algodão no Malawi, especialmente no que diz respeito ao controlo de pragas. Tal projecto é considerado uma nova oportunidade para aproximar os dois países e aumentar as colheitas, mas demorou muitos anos a ser efectivamente iniciado, o que traz algum descrédito entre os parceiros sobre a sua capacidade de alcançar os resultados prometidos. No entanto, de ambos os lados, a assinatura de acordos bilaterais com o Brasil é considerada preferencial relativamente a acordos trilaterais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os laços que as economias emergentes estabeleceram com os países africanos na última década estimularam um debate dinâmico nos meios académicos, em círculos políticos e nos meios de comunicação, sobre as motivações, as abordagens e as consequências destas relações. O Brasil desempenhou um papel fundamental nesta iniciativa internacional, sobretudo em relação a países como Moçambique. Todavia, desde o governo de Lula, diversificaram-se os esforços governamentais e privados, alargando-se a parceiros além dos países de língua portuguesa, como o Malawi. O papel desempenhado pelas estruturas nacionais, porém, foi identificado como uma importante agenda de pesquisa complementar. Com o objectivo de contribuir com resultados preliminares para este debate, o presente trabalho procurou clarificar as diferenças de estruturas nacionais com que depararam as intervenções brasileiras semelhantes e as suas respostas após a interacção com os intervenientes e projectos públicos e privados. Foram escolhidos dois países vizinhos com os quais o Brasil levou a cabo alguns projectos semelhantes e integrados, apesar de uma história de relações distinta.

Os projectos e convénios analisados foram propostos pelos mesmos intervenientes brasileiros em ambos os países, e o estudo avaliou a diversidade de respostas e a preocupação de apropriação. O PAA África, como projecto-piloto, visa compartilhar a experiência brasileira de combate à fome e de promoção do sector da agricultura familiar. Moçambique e o Malawi definiram a alimentação escolar como prioridade para a agenda de mercados institucionais, mas as condições institucionais e a linha política que cada um apresentou ao implementar o projecto-piloto e ao ampliar a discussão com vista à consolidação das políticas públicas foi completamente diferente. Algumas condições agrícolas, políticas e institucionais facilitaram a implementação do PAA África no Malawi, como também a maior flexibilidade do processo de aquisições. A estas condições pode juntar-se o interesse político na alimentação escolar demonstrado pelas autoridades distritais e a forte participação das comunidades, e as dotações orçamentais governamentais às iniciativas. Em Moçambique, o empreendimento seguiu um caminho alternativo, começando com a elaboração e a institucionalização de um programa nacional que também está a testar modelos-piloto. As políticas agrícolas no país estão voltadas principalmente para o estabelecimento de maiores ligações entre os produtores agrícolas e o mercado e a promoção do sector privado, porém os esforços para preparar estes produtores para lidar com os mercados e o perfil da política de protecção social implicam custos elevados e recursos humanos que deveriam ser disponibilizados pelo governo moçambicano. Por outro lado, em Moçambique, o projecto contou com um processo participativo de formulação e crescente colaboração com OSC. Tal colaboração tem origem nas relações que as organizações moçambicanas estabeleceram com organizações brasileiras, e tal cenário tem o potencial de contribuir para promover as iniciativas de mercados institucionais no país.

No caso específico da Vale S.A., o projecto ferroviário do Corredor de Nacala é promissor para os esforços de integração regional e para o transporte de passageiros e mercadorias. O Malawi é um dos países mais afectados e mais interessados, dada a ausência de acesso à costa marítima e as relações historicamente difíceis com os seus vizinhos. No entanto, devem ser seriamente tidas em consideração as dificuldades de gestão e uso da terra. Moçambique enfrenta há muitos anos desafios com megaprojectos, e têm sido gradualmente criadas condições institucionais para lidar com esses investimentos. Além disso, foram criados mecanismos de controlo social no país, em resposta aos esforços feitos por articulações da sociedade civil.

No caso do Malawi, os direitos fundiários não foram actualizados desde o período colonial e os direitos das comunidades não são muito claros. Não foram ainda abordadas a possibilidade e as condições de uso da via-férrea para interesses nacionais. O Brasil está também a aumentar os seus compromissos através de outras iniciativas triangulares. Contudo, o acordo integrado opõe-se à preferência dos parceiros por estabelecer relações de forma bilateral, pondo em causa a possibilidade da plena aplicação desses acordos. Por conseguinte, apesar de algumas estratégias políticas análogas ou de uma posição assimétrica dos países africanos relativamente ao capital brasileiro, o papel das estruturas nacionais africanas, que inclui o quadro legislativo, a estrutura institucional, a dinâmica social e os interesses políticos, não deve ser ignorado na análise dos efeitos desta interacção.

REFERÊNCIAS

- ABC (Agência Brasileira de Cooperação)/MRE (Ministério das Relações Exteriores do Brasil) (2013) *Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação/Ministério das Relações Exteriores*. Versão externa. Disponível em: http://transfer.sede.embrapa.br/SRI/Workshop_Atuacao_Internacional_da_Embrapa/Painel%201%20%20Principios%20de%20cooperacao/Manual_Vers%C3%A3o%20_Coo p%20Sul%20SulEXTERNA_PRINCIPAL_22-08-13.pdf (consultado a 14 de Janeiro de 2014).
- Alden, Chris (2007). *China in Africa: Partner, Competitor or Hegemon?* London, New York: Zed Books.
- Banco Mundial & IPEA (Instituto de Pesquisa Económica Aplicada) (2011). *Ponte sobre o Atlântico: Brasil e África Subsaariana – Parceria Sul-Sul para o Crescimento*. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/120113_livropontes obreoatlanticopor2.pdf (consultado a 2 de Outubro de 2012).
- Berge *et al.* (2014). Lineage and land reforms in Malawi: do matrilineal and patrilineal landholding systems represent a problem for land reforms in Malawi? *Land Use Policy*, 41, 61-69.
- Brites A. *et al.* (2013). Os BRICS na África: a diversificação das parcerias e a contribuição da cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento do continente. *Século XXI*, 3, 95-116.
- Cabral, L. (2011). *Cooperação Brasil-África para o Desenvolvimento: Caracterização, Tendências e Desafios*. Rio de Janeiro, Cindes. Disponível em: <http://www.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2012/09904.pdf> (consultado a 28 de Janeiro de 2013).
- Castel-Branco, Carlos Nuno (2011). *Dependência de Ajuda Externa, Acumulação e Ownership: Contribuição para Um Debate de Economia Política*. Maputo, Moçambique: Instituto de Estudos Sociais e Económicos.
- Chichava, S. *et al.* (2013). Brazil and China in Mozambican agriculture: emerging insights from the field. *IDS Bulletin*, 44, 101-115.
- Chinsinga, B. (2011). Seeds and subsidies: the political economy of input programmes in Malawi. *IDS Bulletin*, 42, 59-68.
- Cicalo, A. (2013). From racial mixture to black nation: racialising discourses in Brazil's African affairs, racialising discourses in Brazil's African Affairs. *Bulletin of Latin American Research*, n/a-n/a.
- Costa Leite, I., Suyama, B. & Pomeroy, M. (2013). *Africa-Brazil Co-Operation in Social Protection: Drivers, Lessons and Shifts in the Engagement of the Brazilian Ministry of Social*

- Development*. WIDER Working Paper. Disponível em:
<http://www.econstor.eu/handle/10419/81027> (consultado a 26 de Setembro de 2013).
- DW.DE (2014). Rio Tinto deixa exploração de carvão e arrefece expectativas em Moçambique, 1 de Agosto. Disponível em: <http://www.dw.de/rio-tinto-deixa-explora%C3%A7%C3%A3o-de-carv%C3%A3o-e-arrefece-expectativas-em-mo%C3%A7ambique/a-17827221> (consultado a 26 de Setembro de 2014).
- Flynn, M. (2007). Between subimperialism and globalization: a case study in the internationalization of Brazilian capital. *Latin American Perspectives*, 34, 9-27.
- Gabas, J. & Chaponnière, Jean-Raphael (2012). *Le Temps de la Chine en Afrique: Enjeux et Realités au Sud du Sahara*. GEMDEV (Group). Paris: Karthala, GEMDEV.
- Galetti, R. (2010). *As Políticas Públicas de Financiamento à Exportação no Brasil (BNDES Exim e Proex): Características e Efeitos sobre as Empresas Industriais Brasileiras*. Dissertação para o grau de mestre. Universidade Estadual de Campinas.
- Hirst, M. (2012). *Emerging Powers and Global Governance*. Disponível em:
<http://www.udesa.edu.ar/files/UAHUMANIDADES/EVENTOS/PAPERHIRST11112.PDF> (consultado a 9 de Dezembro de 2013).
- Lalbahadur, A. (2013). *Mozambique and Malawi: Recalibrating a Difficult Relationship*. Policy Briefing. Johannesburg: South African Institute of International Affairs. Disponível em:
<http://www.saiia.org.za/policy-briefings/mozambique-and-malawi-recalibrating-a-difficult-relationship> (consultado a 10 de Agosto de 2014).
- Marinov, M. & Marinova, S. (2012). International business and emerging economies. In *Impacts of Emerging Economies and Firms on International Business*. Basingstoke: Palgrave Macmillan. Disponível em:
<http://www.palgraveconnect.com/pc/doi/10.1057/9781137032546.0006> (consultado a 7 de Fevereiro de 2014).
- Milani, C. & Carvalho, T. (2013). Cooperação Sul-Sul e política externa: Brasil e China no continente africano. *Estudos Internacionais: Revista de Relações Internacionais da PUC Minas* 1. Disponível em:
<http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/5158> (consultado a 26 de Setembro de 2013).
- Milhorance de Castro, C. & Goulet, F. (2011). *L'Essor des Coopérations Sud-Sud: Le Brésil en Afrique et le Cas du Secteur Agricole. Techniques Financières et Développement*.
- Minag (Ministério da Agricultura) (2010). *Strategic Plan for Agriculture Development – PEDSA 2010-2019*. Disponível em:
http://fsg.afre.msu.edu/mozambique/caadp/PEDSA_FINAL-English_22_Nov.pdf (consultado a 6 de Janeiro de 2014).

- Mosca, J. (2010). *Políticas Agrárias de (em) Moçambique (1975-2009)* (1.ª ed.). Lisboa, Maputo: Escolar.
- Mosca, J. & Selemane, T. (2012). Mega-projectos no meio rural, desenvolvimento do território e pobreza. In *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2012/IESE_Des2012_12.MegRur.pdf (consultado a 18 de Agosto de 2014).
- Mzembe, A. & Meaton, J. (2014). Driving corporate social responsibility in the Malawian mining industry: a stakeholder perspective. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 21, 189-201.
- Nehring, R. & McKay, B. (2013). *Scaling up Local Development Initiatives: Brazil's Food Acquisition Programme*. Working Paper, International Policy Centre for Inclusive Growth. Disponível em: <http://www.econstor.eu/handle/10419/71802> (consultado a 2 de Dezembro de 2013).
- Oliveira Junior, M. (2010). *Multinacionais Brasileiras: Internacionalização, Inovação e Estratégia Global*. Porto Alegre: RS, Bookman.
- PAA Africa. (2013). *PAA Africa: Purchase from Africans for Africa*. PAA Africa Website. Disponível em: <http://paa-africa.org/about/general-information-2/> (consultado a 10 de Agosto de 2014).
- Pierri, F. (2013). *How Brazil's Agrarian Dynamics Shape Development Cooperation in Africa*. Disponível em: <http://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/handle/123456789/2614> (consultado a 7 de Dezembro de 2013).
- Ricker-Gilbert, J., Jumbe, C. & Chamberlin, J. (2014). How does population density influence agricultural intensification and productivity? Evidence from Malawi. *Food Policy*, 48, 114-128.
- Risse-Kappen, T. (1995). *Bringing Transnational Relations Back in: Non-State Actors, Domestic Structures and International Institutions*. Cambridge, New York: Cambridge University Press.
- Robinson, D. (2009). *Renamo, Malawi and the Struggle to Succeed Banda*. Eras. Disponível em: <http://artsonline.monash.edu.au/publications/eras> (consultado a 16 de Dezembro de 2014).
- SERE (Secretaria de Estado das Relações Exteriores)/MRE (Ministério das Relações Exteriores do Brasil) (2013). *Encontro com o Ministro de Negócios Estrangeiros do Malawi*. Entrega de cópias figuradas. Relato.
- Silva, J. (2011). *The Fome Zero (Zero Hunger) Program: The Brazilian Experience*. Brasília: Ministry of Agrarian Development.

- Takagi, M. (2011). Food and nutrition security and cash transfer programs. In J. Silva, *The Fome Zero (Zero Hunger) Program: The Brazilian Experience*. Brasília: Ministry of Agrarian Development.
- Vale (2013). *Delivering Value through Capital Efficiency: Annual Report 2012*. Vale S.A..
- Vale (2014). *Vale Highlights Its Projects in Mozambique at an Event in Africa*. Vale. Disponível em: <http://www.vale.com/mozambique/EN/aboutvale/news/Pages/vale-destaca-projetos-em-mocambique-em-feira-na-africa.aspx> (consultado a 12 de Agosto de 2014).
- Veras, F. (2013). *Structured Demand and Smallholder Farmers in Brazil: The Case of PAA and PNAE*. Brasilia: International Policy Centre for Inclusive Growth (IPC – IG)/WFP Centre of Excellence Against Hunger. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/IPCTechnicalPaper7.pdf> (consultado a 12 de Julho de 2013).